

# As mulheres e a questão social: práticas, leituras e experiências

Ana Lole<sup>1</sup>

Ana Paula Vosne Martins<sup>2</sup>

A questão social se configura como um problema no século XIX a partir das convergências entre a política e o social, de origens revolucionárias, é certo, mas também como desdobramento das aporias do capitalismo industrial, ou do sistema de fábrica, amplamente desenvolvido ao longo do século XIX em países europeus e nos Estados Unidos. Uma dessas aporias é a contradição entre um sistema que parecia, aos olhos de seus defensores, o mais racional para o controle das forças produtivas a fim de escalonar econômica e socialmente a produção da riqueza. Outra aporia é o aumento exponencial da pobreza daqueles que trabalhavam e que operavam a máquina capitalista com seus corpos e seu tempo, capturados pelos lugares de organização e de exploração do trabalho. Como bem expressou o médico belga Réne Sand (1931), ao analisar a questão social, o reino da pobreza e da miséria estava instalado às portas de uma sociedade que produzia tanta riqueza, suscitando de alguns a indignação e, de outros, a formulação de ideias e projetos para enfrentar os desafios sociais, políticos e morais da questão social, particularmente sua face mais temida e mobilizadora de sentimentos morais, a pobreza.

Muitos foram os agentes envolvidos com a questão social. Clérigos, intelectuais, políticos, lideranças dos trabalhadores, médicos e filantropos. No entanto, na “era da benevolência”, uma linha demarcatória



de gênero foi traçada a partir do embricamento de outro debate social e político a respeito do lugar das mulheres na sociedade. Esse debate começou a se organizar em meados do século XVIII por filósofos, religiosos, literatos, entre eles, algumas escritoras também. Esses escritos representam um esforço político e epistemológico em estabelecer a correspondência entre a natureza dos sexos e adequação social de homens e mulheres em esferas separadas, mas complementares.

Os discursos de gênero produzidos desde então defendiam que a Natureza havia criado as mulheres para desempenhar seu papel central na espécie humana, a saber, a reprodução e o cuidado da prole, mas muitos pensadores e escritores do final do século XVIII e seus discípulos e discípulas do século XIX, concordaram que as qualidades morais advindas desse papel “natural” poderiam ser exercidas para fora dos limites da casa e da família. Apesar das mulheres das classes mais privilegiadas praticarem a caridade há muito tempo, foi o discurso determinista da filosofia moral e da nascente ciência sexual que contribuiu para a legitimação da presença das mulheres nos espaços públicos relativos aos enfrentamentos da questão social, seja como agentes da benemerência, seja como reformadoras sociais e, mais tarde, já no começo do século XX, como profissionais do serviço social e da saúde.

À luz das transformações históricas e semânticas da questão social ao longo de pelo menos duzentos anos, pesquisas realizadas no campo da história social das mulheres a partir das décadas de 1970 e 1980 demarcaram bem que a entrada das mulheres das classes privilegiadas nas associações e atividades de caridade e de filantropia não podiam ser explicadas unicamente pelo viés da dominação de classe, da reprodução do status quo de gênero, ou pelo controle social. Leituras estruturais de contextos históricos tão dinâmicos, de atuações, de motivações individuais e de grupos bastante diferentes, acabaram por contribuir para uma interpretação parcial e mesmo limitada do envolvimento das mulheres com a questão social. Afinal, se relações

de poder foram reforçadas no contato entre mulheres das elites e as pessoas que foram alvo de suas ações benemerentes, se muitas delas praticavam tais ações por adesão aos valores mais conservadores relativamente ao gênero e às alteridades de classe e de raça, por outro lado, a pesquisa histórica vem revelando que para muitas mulheres a questão social representou uma oportunidade de ação no mundo, de consciência social e de atuação política, ou do que podemos chamar de ampliação dos limites de uma agência feminina conservadora.

Estudos sobre biografias ou das trajetórias de mulheres, revelam as múltiplas inserções que tiveram na questão social. Defenderam condições dignas de trabalho para outras mulheres, denunciaram a exploração do trabalho infantil, desenvolveram estudos em parceria com médicos a respeito da insalubridade das fábricas, das péssimas condições de moradia dos trabalhadores, dos problemas sanitários, entre tantas outras facetas da questão social. Esse protagonismo antecedeu e mesmo ajudou a preparar as políticas sociais a partir do final do século XIX, mas também é evidência das diferenças entre as mulheres, inclusive de suas orientações político-ideológicas relativas à questão social, à pobreza, ao mundo do trabalho, mas igualmente às mulheres, aos seus direitos e às suas capacidades de ação pública, social e política.

Em vista da extensão e da potencialidade para a pesquisa a respeito da relação entre as mulheres e a questão social, este dossiê apresenta uma seleção de artigos representativos do estado da arte em diferentes áreas do conhecimento. Os 11 (onze) artigos reunidos abordam a presença das mulheres no mundo público mostrando o seu protagonismo político e o seu “sair”, utilizando aqui o termo na forma sistematizada pela historiadora Michelle Perrot (1991). Ou seja, um sair que ainda que se relacione diretamente com os papéis de gênero historicamente identificados com as mulheres, ao mesmo tempo demonstra o modo como as mulheres souberam se aproveitar desses espaços para consolidar sua inserção no mundo público, bem como na luta por direitos





e precursoras de políticas sociais. Na verdade, mulheres de diferentes classes e raças, algo que não foi analisado por Perrot, mas que podemos perceber a partir dos artigos aqui apresentados. O dossiê se conclui com a resenha de um livro que homenageia uma dessas mulheres.

Lucía Bracamonte inaugura o dossiê com o artigo “Acción colectiva y presencia pública: mujeres y varones en la cooperación salesiana (Argentina, 1900-1930)”, no qual analisa a atuação das cooperadoras e dos cooperadores leigos de diversas regiões da Argentina entre 1900 e 1930, com o objetivo de compreender os papéis desempenhados no âmbito da Pia União dos Cooperadores Salesianos. Esse período foi marcado pela ampliação das atividades realizadas por religiosos e religiosas, bem como pela formação de comissões que direcionaram a ação coletiva. A autora retrata que esse movimento ocorreu em um cenário de crescente participação das mulheres nos grupos católicos, e na formação de um sistema misto de assistência.

O artigo “Feminismo maternalista e políticas sociais: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a construção de uma agenda política em defesa da maternidade e infância (1920-1939)”, de Ismael Gonçalves Alves, busca evidenciar a participação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na construção de estruturas governamentais que fomentem o debate e a implementação de políticas sociais voltadas à maternidade e à infância. Para isso, o autor utiliza o conceito de maternalismo, com destaque ao papel das associações femininas e feministas na promoção de políticas materno-infantis. Questiona uma visão masculinista e economicista do maternalismo, buscando desconstruir a persistente imagem das mulheres como meras beneficiárias da proteção social, edificando a figura da articuladora de políticas que, a partir de suas próprias experiências, impôs novas demandas no campo das políticas sociais.

No artigo “A origem da política social no Brasil: eugenia, questão social e a atuação de visitadoras, enfermeiras, nutricionistas e assistentes sociais”, Gracyelle Costa, a partir de pesquisa bibliográfica e documen-

tal, identifica como a política social do Estado brasileiro foi concebida e executada com base em princípios eugenistas destacando as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) de 1923, e os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) de 1933, que marcaram a institucionalização da política social no Brasil. As políticas sociais e seus profissionais, como visitadoras, nutricionistas e assistentes sociais, contribuíram para a formação do ideal de trabalhador/a brasileiro/a.

Leandro Rocha da Silva, em seu artigo “Notas sobre a atuação das pioneiras junto à questão social e ao processo de organização institucional do Serviço Social brasileiro”, baseado em sua pesquisa de mestrado (Silva, 2016, 2023) aborda o período de 1930 a 1940. O autor traz em seu texto contribuições relevantes para a reflexão sobre a história da assistência, de maneira mais ampla, e do Serviço Social, de forma mais específica, no estado do Rio de Janeiro. Para Silva, a história da assistência é indissociável de uma história das mulheres, pois foram elas as protagonistas na luta para que o governo apresentasse respostas às expressões da questão social. Neste sentido, o artigo destaca o trabalho de Teresita Porto da Silveira, Stella de Faro e Maria Esolina Pinheiro.

Nesta direção, o artigo “Memórias de si, memórias de uma profissão: a escrita memorialística da assistente social e professora Maria Esolina Pinheiro (1903-1991)”, escrito por Ana Paula Vosne Martins, traz elementos para discutir a construção da memória da assistência social e do Serviço Social em conexão com a memória individual e a escrita pessoal da professora Esolina Maria Pinheiro. O estudo examina a produção memorialística dessa pioneira do Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o artigo traz para a cena diversos gêneros narrativos presentes na escrita de Pinheiro, incluindo memória histórica, autobiografia e narrativa literária.

No texto de Andréa Ledig, intitulado “Pelas portas da filantropia... A trajetória política de Alice Tibiriçá”, a autora dialoga com os artigos de Leandro Rocha da Silva e Ana Paula Vosne Martins, uma vez que apresenta a trajetória de Alice Tibiriçá, uma mulher da elite paulista,





que liderou a Sociedade de Assistência e Prevenção à Lepra na cidade de São Paulo, estendendo a mão aos lázaros. Alice, como bem retrata Ledig, se tornou feminista e comunista, atuando em diversos campos na luta contra as desigualdades de gênero e de classe. No desenvolvimento do texto observamos os itinerários de Alice para os significados da filantropia nos embates por direitos sociais de sua época.

Graziela Scheffer e Rachel Gouveia Passos, no artigo “Nise da Silveira e Dona Ivone Lara, do Partido Comunista ao Partido-Alto: expressões da resistência no trabalho na saúde mental”, analisam as ideias progressistas na vida e no trabalho de Nise da Silveira e Dona Ivone Lara, destacando seus vínculos com organizações coletivas. O texto explora a trajetória de juventude dessas mulheres, enfatizando como suas ideias progressistas se formaram. O encontro entre Nise e Ivone, no trabalho desenvolvido por ambas no hospício, resultou em uma abordagem inovadora na saúde mental, utilizando artes plásticas e música no tratamento de pessoas com sofrimento psíquico grave. A hipótese das autoras é que os valores feministas e antirracistas adquiridos na juventude de Nise e Ivone influenciaram suas ações no Centro Psiquiátrico Pedro II, gerando resistência ao tratamento violento de pacientes institucionalizados.

Já o artigo “A literatura de Carolina Maria de Jesus – arte como resistência, resistência como elemento da questão social”, de autoria de Rebeca Ribeiro da Silva e Clarice da Costa Carvalho, retrata a questão social no Brasil pelas lentes de Carolina Maria de Jesus, por meio de suas obras literárias, destacando a importância do debate étnico-racial na formação social brasileira. O texto relata que as obras de Carolina foram historicamente apagadas devido ao seu potencial artístico e combativo, contudo pesquisas recentes nos campos das Letras, História e Ciências Sociais apontam para uma ruptura com essa lógica.

Continuando esse diálogo, o artigo “Mulheres na história e narrativas femininas: protagonismo de Suely Gomes Costa na política de saúde reprodutiva no Hospital Universitário Antonio Pedro (HUAP)”, de

autoria de Monique de Souza Carvalho, Rita Freitas e Ana Lole, traz resultados do projeto interinstitucional “Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social” (Cf. Freitas; Almeida; Lole, 2018), que investiga pioneiras no estudo de gênero do Serviço Social nas décadas de 1980 e 1990, considerando o Serviço Social como uma história de mulheres. Este artigo destaca a trajetória da professora Suely Gomes Costa, como docente e pesquisadora no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), a qual foi estudada por Monique de Souza Carvalho em seu doutoramento (Cf. Carvalho, 2023).

Adriana de Andrade Mesquita em seu artigo, “Ventura e desventura de mulheres trabalhadoras na assistência social brasileira: um processo de rupturas e continuidades”, reflete que a assistência social no Brasil é um dos mais antigos e tradicionais espaços marcados pela presença de mulheres, tanto usuárias quanto executoras e gestoras dos serviços, benefícios, projetos e programas. A autora promove uma reflexão acerca de experiências de mulheres trabalhadoras na assistência social “enquanto um processo de longa tradição histórica marcado por rupturas e continuidades”. O texto ancorado na pesquisa bibliográfica, análise documental e de dados, confirma que esse campo de trabalho é caracterizado pela divisão sexual do trabalho, pelo trabalho de cuidado e pela precarização dos vínculos laborais.

No artigo “Marilda Iamamoto e a resistência à ditadura militar: revelar o passado para elucidar os caminhos do presente e do futuro”, Inez Stampa investiga a trajetória de resistência da professora e assistente social Marilda Iamamoto durante a ditadura militar. Utilizando pesquisa bibliográfica, documentos de arquivo e o depoimento da própria investigada, o artigo visa compartilhar achados de pesquisa sobre a participação dessa renomada intelectual brasileira. Stampa destaca tanto a luta de Iamamoto contra a ditadura militar quanto sua contribuição para a consolidação do Serviço Social brasileiro e latino-americano.

Mariana Horta e Isabella Marinho assinam a resenha da coletânea “À sombra de um Ipê Amarelo: legado da professora Suely Gomes Costa



na pós-graduação brasileira”, organizada por Ana Lole e Andréa Ledig. Esta coletânea dialoga com a temática deste dossiê ao destacar o protagonismo político e acadêmico de Suely.

Com esse número da revista ***O Social em Questão***, buscamos pensar as práticas, leituras e experiências envolvendo as mulheres, a filantropia, as políticas sociais e o Serviço Social, procurando contribuir com a história das mulheres, a história do Serviço Social e da assistência, em suas múltiplas faces e agências.

## Referências

CARVALHO, Monique de Souza. **Gênero, feminismos e a história protagonizada por mulheres**: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

FREITAS, Rita; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. **Por uma história de gênero e feminismos no Serviço Social**. Projeto de pesquisa. [S.l.: s.n.], 2018.

PERROT, Michelle. “Sair”. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (org.). **História de Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebrandil, 1991.

SAND, Réne. **Le Service Social a travers le monde**. Assistance, prévoyance, hygiene. Paris: Librairie Armand Colin, 1931.

SILVA, Leandro Rocha. **A narrativa da profissão**: a imagem do Serviço Social no Distrito Federal (Rio de Janeiro, 1930–1940). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Leandro Rocha. **A narrativa da profissão**: notas sobre a organização e a constituição da imagem profissional de assistentes sociais no Rio de Janeiro (1930–1940). São Paulo: Editora Dialética, 2023.

## Notas

- 1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestra em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF, doutora e pós-doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Vice-líder do Núcleo de Estudos Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (Trappus/PUC-Rio) e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF), ambos registrados no DGP/CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594> E-mail: [analole@gmail.com](mailto:analole@gmail.com)
- 2 Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestra em História pela UFPR, doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo realizado pós-doutorado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e na Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1715-1599> E-mail: [ana\\_martins@uol.com.br](mailto:ana_martins@uol.com.br)

